



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

1) A COMPANHIA

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporá, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	817,95
Extensão em kV:	500/230
Subestações próprias:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com decréscimo na RAP de R\$ 161.060, vide **nota explicativa 1.2**. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 2,14%. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2024 e 2023 são:

	2024	2023
• Liquidez geral	3,39	3,46
• Liquidez corrente	6,03	5,89
• Relação patrimonial líquido/ativo	70,52%	71,10%
• Relação passivo não circulante/ativo	24,98%	24,45%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	18,69%	21,03%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	24,47%	28,38%
Ativos totais - R\$	833.591.488	822.968.812
Lucro líquido do exercício - R\$	109.858.040	123.066.591

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por:

Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisa os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição

5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de

segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2024
Auditor Independente	118.057
KPMG Auditores Independentes	118.057
Total	236.114

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.468.000	40.103.990	Fornecedores - terceiros	22.2	1.070.412	1.817.475
Títulos e valores mobiliários	7	22.271.226	-	Fornecedores - partes relacionadas		1.181.483	1.042.030
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	8	21.072.944	23.278.562	Obrigações sociais e trabalhistas		6.467.030	6.566.359
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	6.011.980	7.734.712	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	21.209.941	18.257.028
Almoxarifado	9	12.198.562	12.689.164	Outros impostos a pagar	12	4.616.826	6.074.644
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.585.143	1.002.205	Taxas regulamentares	13	2.038.019	2.789.422
Outros impostos a recuperar		1.559.353	1.649.779	Dividendos propostos	16.e/22.2	927.219	-
Ativos de contrato	10	129.715.776	124.473.525	Total passivo circulante		37.510.930	36.546.958
Outros ativos circulantes		290.251	4.450.996	Passivo não circulante			
Total ativo circulante		226.173.235	215.382.933	Outras provisões - compensação ambiental		903.825	1.240.722
Ativo não circulante				Provisão para contingências	14	3.634.499	7.384.273
Realizável a longo prazo				Impostos diferidos	15	203.697.171	192.627.083
Títulos e valores mobiliários	7	4.467.712	2.827.666	Total não circulante		208.235.495	201.252.078
Ativos de contrato	10	597.971.440	598.595.961	Patrimônio líquido	16		
Outros ativos não circulantes	11	796.347	1.274.710	Capital social	16.a	402.460.000	402.460.000
Total realizável a longo prazo		603.235.499	602.698.337	Reserva legal	16.b	46.562.485	41.069.584
Imobilizado		2.739.733	3.655.404	Reserva de lucros	16.c	91.794.692	106.255.534
Intangível		1.443.021	1.232.138	Reserva de incentivos fiscais	16.d	47.027.886	35.384.658
Total		4.182.754	4.887.542	Total patrimônio líquido		587.845.063	585.169.776
Total do ativo não circulante		607.418.253	607.585.879	Total do passivo e do patrimônio líquido		833.591.488	822.968.812
Total do ativo		833.591.488	822.968.812				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	402.460.000	34.916.254	142.336.776	24.726.930	604.439.960
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	123.066.591
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16.b)	-	6.153.330	-	-	(6.153.330)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(10.000.000)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16.d)	-	-	-	10.657.728	(10.657.728)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	96.255.533	-	(96.255.533)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16.e)	-	-	(132.336.775)	-	(132.336.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.460.000	41.069.584	106.255.534	35.384.658	585.169.776
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	109.858.040
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 16.b)	-	5.492.901	-	-	(5.492.901)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16.d)	-	-	-	11.643.228	(11.643.228)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	91.794.692	-	(91.794.692)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(927.219)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16.e)	-	-	(106.255.534)	-	(106.255.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	402.460.000	46.562.485	91.794.692	47.027.886	587.845.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais, e Goiás. A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited (TVGIL) com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. **1.1 Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso, conforme

descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás. (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais. (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km cada, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso. (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 98.747.358 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 216.652.831 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 206.973.520 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 206.812.460 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Revisão Tarifária Periódica:** Em 9 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, homologou o resultado das

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	109.858.040	123.066.591
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	109.858.040	123.066.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		149.010.287	163.576.948
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		1.649.936	1.155.059
Baixa de imobilizado e intangível		882.157	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(1.390.941)	(314.601)
Provisão para perda de crédito esperada	8	6.378.644	2.127
Provisão (reversão) para contingência	14	(3.749.774)	2.533.073
PIS e COFINS diferido		455.214	693.705
Provisão para compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos		54.962	4.307
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(4.173.026)	(3.831.036)
Contas a receber - partes relacionadas		1.722.732	974.232
Ativos de contrato	10	(4.617.730)	(7.499.514)
Almoxarifado		490.602	2.022.506
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(582.938)	(913.370)
Outros impostos a recuperar		90.426	503.382
Outros ativos		4.639.108	3.982.456
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(747.063)	(1.260.829)
Fornecedores - partes relacionadas		139.453	(368.018)
Compensação ambiental - pagamentos		(391.860)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(779.287)	(1.272.253)
Outros impostos a pagar		(1.457.818)	21.850
Taxas regulamentares		(751.403)	(6.819.293)
Obrigações sociais e trabalhistas		(99.329)	(117.075)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		146.772.352	153.073.656
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(24.805.172)	(28.228.807)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		121.967.180	124.844.849
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquis			



ITUMBIARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 2,14%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica - RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão - RPEC. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de

relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	87.111	269.963
Aplicações financeiras (i)	31.380.889	39.834.027
Total	31.468.000	40.103.990

(i) A Companhia estruturou suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,09% do CDI em 2024 e 103,22% do CDI em 2023. A redução refere-se substancialmente a transferência dos saldos para CDB de curto prazo em títulos e valores mobiliários aproveitando condições de prazo e taxa melhores e ao pagamento de dividendos no exercício. **6.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Curto Prazo	22.271.226	—
Aplicação Banco BTG CDB (i)	22.271.226	—
Total	22.271.226	—
Longo Prazo	4.467.712	2.827.666
Conta reserva (SUDAM) (ii)	4.467.712	2.827.666
Total	4.467.712	2.827.666

(i) Em 31/10/2024 devido as condições de prazo e taxa oferecido, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 180 dias com vencimento em 29/04/2025; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 10.000.000 a uma taxa de 102,0% do CDI. Nos dias 29/11/2024 e 30/12/2024 devido as condições de prazo e taxa oferecido, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 120 dias e com vencimentos em 01/04/2025 e 02/05/2025; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 12.000.000 a uma taxa de 101,5% do CDI. (ii) O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM), conforme nota 16.d.

8. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer (i)	18.064.763	18.073.511
Vencidas até 30 dias	543.053	61.960
Vencidas até 60 dias	578.614	575.069
Vencidas até 90 dias	451.613	1.417.604
Vencidas até 180 dias	1.005.649	822.528
Vencidas até 360 dias (i)	1.939.887	192.200
Vencidas há mais de 360 dias (i)	6.159.764	3.427.445
Total	28.743.343	24.570.317
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(7.670.399)	(1.291.755)
Total Contas a receber	21.072.944	23.278.562

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCS complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quintararé, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UVF Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação referem-se às provisões para perda de crédito de AVCS complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(1.291.755)	(1.289.628)
Reversão de provisão	58.026	28.463
Complemento de provisão	(6.436.670)	(30.590)
Saldo final	(7.670.399)	(1.291.755)

8.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas.

9. ALMOXARIFADO

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado de manutenção e operação	12.198.562	12.689.164
Total	12.198.562	12.689.164

9.1 Política contábil: Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício. O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

10. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	129.715.776	124.473.525
Não circulante	597.971.440	598.595.961
Total	727.687.216	723.069.486

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486
Receita de O&M (i)	59.798.505	—
Receita de remuneração (ii)	128.717.926	—
Recebimentos (iii)	(183.595.197)	—
Imobilização em curso (iv)	(303.504)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	727.687.216	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	129.715.776	124.473.525
Não circulante	597.971.440	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.972	715.569.972

Receita de O&M (i)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração (ii)	53.780.429	—
Receita de remuneração (ii)	127.805.316	—
Recebimentos (iii)	(174.086.231)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	723.069.486	723.069.486

Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	124.473.525	124.473.525
Não circulante	598.595.961	598.595.961
Saldo em 31 de dezembro de 2022	715.569.97	



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

	Trabalhistas	Cíveis	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	662.166	2.485.062	1.703.972	4.851.200
Adições e reversões, líquidas	607.434	2.699.958	(468.339)	2.839.053
Pagamentos	(1.206.432)	-	-	(1.206.432)
Atualizações monetárias	3.796	755.239	141.417	900.452
Saldo em 31 de dezembro de 2023	66.964	5.940.259	1.377.050	7.384.273

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista, cíveis e de servidão cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

Descrição dos processos de natureza trabalhistas

	2024	2023
Número do Processo: 0100256-27.2023.5.01.0022	35.476	35.424

Autor: THIAGO ROSA TRAVASSOS
1) RT movido por Thiago Rosa Travassos em face da ITE, pedindo verbas trabalhistas.

Situação atual: Atualmente o processo está aguardando a análise do tribunal em relação as contrarrazões apresentadas pela companhia.

Movimentação do período: Sentença julgando parcialmente procedente as pretensões do autor condenando a reclamada ao pagamento de indenização por assédio moral e atualização monetária.

Descrição dos processos de natureza cíveis

	2024	2023
Número do Processo: 0178399-82.2019.8.19.0001	2.847.950	5.940.259

Autor: SEPCO1 CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA.
1) Objeto de cobrança e Execução de título extrajudicial.

Situação atual: Atualmente o processo está com acordo anunciado rogando por sua homologação ou não, e extinção da execução e embargos à execução.

Movimentação do período: Avanço com acordo mais favorável do que o valor inicialmente solicitado, assim reduzindo o valor provisionado.

Descrição dos processos de natureza cíveis

	2024	2023
Número do Processo: 0351167-61.2005.8.09.0137	458.301	447.333

Autor: ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
1) 0127485-27.2006.8.09.0137 - Processo Cautelar Vinculado a Constituição de Servidão.

Situação atual: Atualmente está em fase recursal após decisão parcialmente procedente em desfavor da companhia.

Movimentação do período: Publicada Decisão acolhendo em parte os Embargos de Declaração, e determinando que após o trânsito em julgado, voltem conclusos para verificação do Cumprimento de Sentença e atualização monetária.

Descrição dos processos de natureza Fiscais

	2024	2023
Número do Processo: 1006198-15.2021.8.11.0003	150.423	-

Autor: ESTADO DO MATO GROSSO
1) Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em face da Empresa ITE, Ramon e Murilo (diretores) objetivando a cobrança de ICMS. Mérito sendo discutido nos autos da ação anulatória nº 1011068-86.2021.8.11.0041.

(ii) **Situação atual:** Certificada a conversão da classe do processo para cumprimento de sentença. Ato ordinatório intimando o Escritório a apresentar os dados bancários para fins de expedição do precatório.

Movimentação do período: O Estado de Mato Grosso manifestou desistência da execução fiscal. Proferido despacho determinando a intimação do Estado para ciência quanto ao cumprimento de sentença, sendo este um desdobramento negativo que gerou a exposição de R\$ 150.423 em 2024.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis e fiscais conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista (i)	1.083.317	900.430
Cível (ii)	280.536	315.847
Fiscal (iii)	38.081.988	35.866.935
Total	39.445.841	37.083.212

(i) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações judiciais trabalhistas nas quais são discutidos assuntos atinentes ao pagamento de supostas horas extras e seus respectivos reflexos. O aumento de exposição é decorrente da reclamação trabalhista 0100256-27.2023.5.01.0022 que tem um risco possível de R\$ 868.853 em 31/12/2024 e R\$ 778.705 em 31/12/2023.

(ii) **Processos cíveis:** Refere-se a ação judicial autuada por meio do processo nº 0000089-56.2017.8.11.0095, na qual se discute a responsabilidade por acidente de trânsito. O trâmite se dá junto ao Estado de Mato Grosso. A movimentação do período é decorrente da Sum 246, STJ estabelece que o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização, o valor da exposição foi ajustado observado o valor do seguro DPVAT. (iii) **Processos Fiscais:** Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Variação refere-se a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003 no valor de R\$ 30.837.825 em 31/12/2023 e R\$ 31.211.415 em 31/12/2024, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. Os temas aqui referidos são tratados em seis processos administrativos e sete processos judiciais, a seguir os principais processos enumerados além dos já citados: 15374.955519/2009-01, 15374.955520/2009-27, 15374.955521/2009-71, 15374.974875/2009-15, 15374.974876/2009-60 e 5834490/2020, os quais tramitam pela via administrativa nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso. A movimentação do período é decorrente essencialmente de atualização monetária. **14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL diferidos	136.386.104	125.771.230
IR Diferido	100.843.830	92.842.287
CSLL Diferida	35.542.274	32.928.943
Pis e Cofins diferidos	67.311.067	66.855.853
Pis Diferido	12.006.839	11.925.639
Cofins Diferido	55.304.228	54.930.214
Total Impostos diferidos	203.697.171	192.627.083

15.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPIC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460.000 dividido em 402.460.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a

consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integradas da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no custo de aquisição, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 6 ações nominativas a R\$ 1,24 cada uma, totalizando o valor de R\$ 7,44. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
Total	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 91.794.692 e R\$ 106.255.534, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 47.027.886 em 31 de dezembro de 2024, e de R\$ 35.384.658 em 31 de dezembro de 2023. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	109.858.040	123.066.591
Reserva legal (5%)	(5.492.901)	(6.153.330)
Reserva de incentivos fiscais	(11.643.228)	(10.657.728)
Base de cálculo para os dividendos	92.721.911	106.255.533
Dividendos mínimos obrigatórios (i)	927.219	1.062.555
Juros sobre capital próprio (ii)	-	(10.000.000)

(i) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023. (ii) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. No exercício de 2024, não houve juros sobre capital próprio. Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

	Dividendos pagos em 2024	Dividendos pagos em 2023	JCP Líquido pago em 2023
Órgão aprovador	Data		
AGO	04/04/2024	96.255.534	-
RCA	14/10/2024	10.000.000	-
RCA	12/06/2023	-	40.000.000
RCA	20/07/2023	-	92.336.775
AGE	21/12/2023	-	8.500.000
Total	106.255.534	132.336.775	8.500.000

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	207.627.976	213.156.881
Receita de operação e manutenção (i)	59.798.505	53.780.429
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	128.717.926	127.805.316
Outras receitas (iii)	19.111.545	31.571.136
Deduções da receita operacional	(25.753.748)	(27.244.078)
Pis e Cofins correntes	(18.739.050)	(18.992.340)
Pis e Cofins diferidos (iv)	(455.214)	(693.705)
RGR (Reserva Global de Reversão)	(4.104.323)	(5.095.746)
P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	(1.775.891)	(1.784.802)
PTSEE (Taxa de fiscalização)	(679.270)	(677.485)
Receita Operacional Líquida	181.874.228	185.912.803

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração; (iii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações inferiores a inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta reduza quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. Apesar da revisão tarifária realizada em 2024 conforme mencionado na nota explicativa 1.3, o resultado de 2024 foi menor que 2023 devido os índices inflacionários. (iv) Pis e Cofins diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. **17.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(c) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(4.480.446)	(4.333.367)
Material (i)	(989.720)	(535.734)
Serviços de terceiros	(267.393)	(154.047)
Arrendamentos e aluguéis	(855.188)	(848.790)
Seguros	(218.726)	(167.371)
Tributos	(3.822.874)	(3.299.789)
Custo de operação e manutenção (ii)	(274.090)	(432.816)
Gastos diversos	(1.036.884)	(449.494)
Tributos	(290.035)	(488.206)
Patrocínios	(755.466)	(905.244)
Despesas não dedutíveis	(1.386.310)	(534.960)
Outras (ii)	(165.667)	2.034.272
Total	(14.542.799)	(10.115.546)

(i) Variação refere-se principalmente de despesas com combustível e lubrificantes veiculares. (ii) Variação refere-se principalmente a renovação da frota dos veículos e aquisição de novos equipamentos em 2024.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(4.480.446)	(4.333.367)
Administradores	(989.720)	(535.734)
Material	(267.393)	(154.047)
Serviços de terceiros	(855.188)	(848.790)
Arrendamentos e aluguéis	(218.726)	(167.371)
Provisão/reversão	(3.822.874)	(3.299.789)
Tributos	(274.090)	(432.816)
Depreciação e amortização (i)	(1.036.884)	(449.494)
Telecomunicação	(290.035)	(488.206)
Patrocínios	(755.466)	(905.244)
Despesas não dedutíveis	(1.386.310)	(534.960)
Outras (ii)	(165.667)	2.034.272
Total	(14.542.799)	(10.115.546)

(i) Variação refere-se substancialmente a aquisição de veículos, equipamentos de monitoramento, tanque de óleos e servidor e licença, no exercício de 2024. (ii) Variação refere-se substancialmente a trabalho de consultoria executado em 2023 para reavaliação dos valores das taxas regulamentares que gerou um saldo positivo a recuperar.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	6.324.772	7.955.056
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.731.471	8.293.846
Outras receitas financeiras (ii)	1.833.089	49.160
Tributos sobre receitas financeiras	(239.788)	(387.950)
Despesa financeira	(1.144.210)	(1.091.574)
Outras despesas financeiras	(1.144.210)	(1.091.574)
Resultado Financeiro	5.180.562	6.863.482

(i) A variação é decorrente de a) menor disponibilidade de caixa e equivalentes e aplicações em títulos de médio prazo ao longo de 2024 quando comparado a 2023 e b) redução da taxa CDI de 13,04% acumulado em 2023 para 10,88% acumulado em 2024. (ii) Variação referente a atualização monetária sobre IRPJ e CSLL recuperado referente aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 e estorno de atualização monetária dos processos 0178399-82.2019.8.19.0001 e 1006198-15.2021.8.11.0003.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	149.010.287	163.576.948
Adições/Exclusões não dedutíveis	9.260.245	3.906.463
Ajustes ICPC 01	(35.114.274)	(35.075.170)
Juros s/ Capital Próprio	-	(10.000.000)
Outros	(738.937)	(1.518.655)
Lucro Real	122.417.321	120.907.586
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(30.580.330)	(30.202.896)
Inc. Fiscais	12.412.355	11.562.972
IRPJ devido (25%)	(18.167.975)	(18.639.924)
CSLL (9%)	(11.084.063)	(11.018.362)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	(27.631)	-
IR e CS correntes após benefício fiscal - Sudam	(29.252.038)	(29.658.286)
IR e CS diferidos	(9.872.578)	(10.852.071)
Total IR e CS	(39.152.247)	(40.510.357)
Alíquota efetiva	24%	25%

21.1 Política contábil: A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL



ITUMBIARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.468.000	40.103.990
Títulos e valores mobiliários	7	26.738.938	2.827.666
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	8	21.072.944	23.278.562
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	6.011.980	7.734.712
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - terceiros	1.070.412	1.070.412	1.817.475
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	1.181.483	1.042.030

23.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros prefixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumento de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto até o momento a Companhia não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, não impactando o resultado no final do período. **c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e Equivalente de caixa	31.468.000
Títulos e valores mobiliários	26.738.938
Contas a receber - Concessionária e Permissionárias	21.072.944
Contas a receber - partes relacionadas	6.011.980
Total da exposição	85.291.862

Os riscos de créditos relacionados as Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE vide nota 4.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:

	31/12/2024
BA1	58.206.938
Total da exposição	58.206.938

e. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2024					
Fornecedores Terceiros	1.070.412	1.070.412	1.070.412	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	1.181.483	1.181.483	1.181.483	-	-

23.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não

sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

24. Gestão do capital - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Changwei Chen
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. Luis Claudio França de Araujo
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-091559/O-4

